

EXCLUSÃO DIGITAL: INTERSECÇÕES ENTRE EXCLUSÃO, DESIGUALDADE E INCLUSÃO DIGITAL EM EDUCAÇÃO

Adriane Matos de Araujo¹
Gabrielle Brasil Luz Silva²
Carmen Lúcia Guimarães de Mattos³

RESUMO

Este estudo é parte dos resultados da dissertação de mestrado “Exclusão Digital em Educação no Brasil: um estudo bibliográfico” de 2016 desenvolvido por esta autora. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica que estudou de forma sistematizada cento e dois textos que trataram do tema exclusão digital e educação. O estudo apontou que a desigualdade econômica ainda é um fator de risco social e tem sido o principal tema de debate entre aqueles que discutem as políticas públicas de acesso à Internet no Brasil. Diz ainda, que é necessário que a questão do acesso continue a ser discutida, pois a falta de debate sobre o tema diminuiu o incentivo das ações e políticas públicas direcionadas a democratização deste acesso. Ademais, a inclusão digital o estudo a compreende como um canal de acesso e uso da internet e de aparatos digitais de modo socializado e democrático. Verifica-se ainda, que estes fazem uma associação com os conceitos de alfabetização digital e letramento digital. Constata-se que a exclusão digital é um fenômeno sociocultural reconhecido nos estudos educacionais brasileiros como um desafio para a sociedade contemporânea. Ela se torna uma sutil forma de violência e manutenção da desigualdade social, sendo assim, a exclusão digital é compreendida como uma questão de capital tecnológico que envolve tecnologias humanas em todos os seus sentidos.

Palavras-chave: *exclusão digital; exclusão; desigualdade; inclusão digital; educação*

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte dos estudos realizados na dissertação de mestrado intitulada “Exclusão Digital em Educação no Brasil: um estudo bibliográfico” de 2016, desenvolvido por esta autora. Ademais, se insere na linha de pesquisa Educação Inclusiva Processos Educacionais e no grupo de pesquisa “Etnografia e Exclusão em Educação” do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ).

A atualização dos estudos sobre o tema exclusão digital cria oportunidades, contribui e amplia estudos e pesquisas na área da Educação, de modo a avaliar, criticar e contextualizar os avanços existentes sobre o tema, seus autores, teorias e projetos em inclusão digital. Ademais, o trabalho aponta ser esta uma das questões que merece investigação pela relação

¹ Autora: Mestre em Educação e Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, adrianematosaraujo@gmail.com;

² Coautora: Graduanda em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, gabriellebrsl@gmail.com

³ Orientadora: Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, clgmattos@gmail.com

existente entre a exclusão digital e a exclusão social, educacional e cultural como realidades vivenciadas pela maioria da população brasileira. Poder-se-ia, inúmeras outras justificativas para um estudo do tema exclusão digital, entretanto, sua atualidade e relevância para as sociedades contemporâneas, assim como as transformações em todos os campos do conhecimento originárias do uso de tecnologias digitais, justifica por si só, sua importância.

Ao definir a Pedagogia como uma tecnologia cultural entende-se que as ações educacionais, sociais, produções de saberes e de conhecimentos são mediadas por tecnologias e que, em interface com a cultura, perpassa o pensar e o agir na educação. Neste entendimento, Mattos (2014, p. 216) explica que “a utilização de tecnologias digitais trouxe para este novo milênio transformações profundas nas formas de acesso, aquisição, processamento e armazenamento do conhecimento humano”.

Diante disso, a presença das tecnologias digitais na escola é indispensável para o desenvolvimento social de um país. Assim,

Não há dúvida de que a educação tem um papel inquestionável na constituição de processos cooperativos e de uma postura solidária, sendo a escola, em seus diferentes níveis, chamada a oferecer aí sua contribuição [...] Nada melhor do que o espaço da escola para essa revolução. (PRETTO; PINTO, 2006, p. 28-29).

De acordo com a citação acima, a escola é o espaço para que a tecnologia digital seja apropriada pelos estudantes e se transforme em conhecimento. A tecnologia digital já é parte do cotidiano dos brasileiros e sua ampliação pelo país é uma realidade que só está começando. De acordo com os textos analisados esta tecnologia precisa fazer parte da formação dos indivíduos, pois através dela pode haver uma melhoria da qualidade de vida, assim como uma ampliação da participação cidadã dos brasileiros em todas as atividades humanas. Finalmente, a escola é um dos espaços de imersão na tecnologia digital voltada para a formação do sujeito social na sociedade contemporânea.

A questão principal deste estudo é compreender como a exclusão tangencia a exclusão digital no sistema educacional brasileiro. Para responder essa questão pretende-se realizar uma discussão através das categorias de análise: inclusão digital, exclusão social e desigualdade, a partir do banco de dados da pesquisa bibliográfica feita durante a dissertação de mestrado, fonte deste artigo.

METODOLOGIA

Este artigo tem como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre o tema da exclusão digital em periódicos, artigos científicos, livros, monografias, dissertações e teses publicadas on-line no período de 2003 a 2015 de modo entender esse conceito e suas implicações na atualidade no Brasil. A pesquisa bibliográfica é construída, nas palavras de Fonseca (2002), “a partir de um levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites”. (FONSECA, 2002, p.32). Através desse procedimento metodológico acredita-se que é possível recuperar o conhecimento científico acumulado sobre a temática e, assim, como nas palavras de Paraíso (2014), montar, desmontar e remontar o que já foi dito. Estes foram alguns dos princípios que orientaram o estudo realizado.

A coleta dos dados foi realizada através de acesso à bancos de dados acadêmicos disponíveis na internet e no banco de dados do grupo de pesquisa Núcleo de Etnografia e Educação (NetEDU). Enquanto que, a análise de dados foi realizada em três momentos: na elaboração de um banco de dados no software EndNote, na construção de mapas conceituais e na produção de um projeto no software Atlas.ti.

A base de coleta dos dados deu-se nas seguintes plataformas: a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - endereço eletrônico: www.periodicos.capes.gov.br; b) *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) - endereço eletrônico: www.scielo.br; c) Sistema Integrado CAPES (SICAPES / WebQualis) - endereço eletrônico: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/publico/pesquisaPublicaClassificacao.seam> ; d) Base de dados das pesquisas e estudos do NetEDU.

O corpo de dados acessado foi composto de 2.104 (dois mil cento e quatro) textos, onde foram lidos seus resumos e por essa leitura verificou-se que nem todos os textos tangenciavam os termos de busca apresentando um significado pertinente ao objeto de estudo. Desse modo, foram selecionados para a análise de conteúdo, somente 218 (duzentos e dezoito) textos sobre exclusão digital. E o recorte temporal (janela de tempo entre 2003 e 2015) reduziu a seleção dos textos para a 102 (cento e dois) por serem estes os mais pertinentes e significativos para responder as questões da pesquisa e por estarem dentro da janela de tempo escolhida. O recorte temporal foi estabelecido entre 2003 e 2015, para dar continuidade ao estudo sobre a temática iniciada no livro “Exclusão Digital: imagens dos limites e dos desafios sobre a educação na pós-modernidade” de Mattos (2003). Por esse motivo, o recorte inicial se justifica pelo ano da publicação de Mattos (2003) que fez um

levantamento sobre a exclusão digital e termina no da conclusão do levantamento de dados da dissertação (2015).

O software escolhido para criação de um banco de dados foi o EndNote, um programa digital que permite a construção de um banco de dados bibliográfico on-line e off-line. O software EndNote serviu para organizar e catalogar as referências completas dos textos e dos mapas conceituais estudados e analisados. Esses 102 (cento e dois) textos foram amplamente catalogados, organizados utilizando o software EndNote e a seguir estudados, certificados e resumidos em forma de mapas conceituais. O mapa conceitual é um instrumento de análise que auxilia na construção de modelos conceituais e identificação de teorias (MATTOS; CASTRO, 2010). Utilizou-se o mapa conceitual com intuito de identificar e estudar os conceitos que orientaram os textos e posteriormente tanto os textos completos quanto os mapas conceituais foram inseridos no software EndNote.

A terceira ferramenta utilizada para a análise de conteúdo dos textos estudados foi o ATLAS.ti. Com este software foi possível realizar um processo analítico que configurou-se na criação de uma nova unidade hermenêutica com as frequências dos grupos de palavras que emergiram dos textos, gerando assim, grupos por proximidade de significado. Para este estudo considerou-se quatro categorias (exclusão digital, inclusão, exclusão e desigualdade) que se delineiam em conjuntos teóricos combinados hermenêuticamente. Essas categorias foram agrupadas em ordem decrescente pela frequência na contagem de palavras que aparecem em cada texto examinado para este artigo e destacadas por significado a partir das unidades hermenêuticas: 1) Exclusão Digital com 5250 palavras; 2) Inclusão Digital com 4580 palavras; 3) Exclusão com 2922 palavras; 4) Desigualdade com 1910 palavras. Essas categorias delineiam a discussão exposta neste texto.

Compreende-se que os dados estudados foram obtidos através dos instrumentos de análise de conteúdo: mapa conceitual, do software EndNote e do software ATLAS.ti. Por intermédio dessas opções metodológicas surgiram as categorias que foram confirmadas e reconstruídas de forma a assegurar as discussões sobre a exclusão digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção será apresentado os resultados e as discussões do estudo a partir dos 102 (cento e dois) textos analisados. Com os resultados extraídos dos mapas conceituais constatou-se que os autores identificam as pessoas excluídas em 05 perfis diferentes. Esses perfis relevam alguns dos desafios que estão em voga no contexto social atual. Os perfis

aparecem nos estudos em diferentes proporções, a seguir apresenta-se as características de cada perfil e a percentagem da frequência que aparecem dentre os 102 (cento e dois) textos:

- 1) Pessoas pobres 24% → diz respeito aos sujeitos de baixa renda per capita ou em situação de risco social;
- 2) Pessoas sem acesso 19% → diz respeito aos sujeitos que não possuem acesso a Internet e/ou as tecnologias digitais;
- 3) Pessoas sem acesso a banda larga 7% → diz respeito aos sujeitos que possuem acesso a Internet, porém não usufruem de conexão em alta velocidade;
- 4) Pessoas passivas digitalmente 18% → diz respeito aos sujeitos que têm acesso a Internet e não dominam as habilidades necessárias para a apropriação e uso das tecnologias digitais para a prática da cultura digital;
- 5) Pessoas sem acesso e passivas digitalmente 17% → diz respeito aos sujeitos que não têm acesso e conseqüentemente não possuem habilidades ao uso das tecnologias digitais. E, 15% dos textos não sinalizaram quem são os excluídos digitais.

Vale a pena frisar que, o conceito de pessoa pobre compreendido neste trabalho diz respeito à pessoa em situação de fragilidade social e de baixo poder aquisitivo.

Para clarificar o entendimento sobre o conceito de “pessoa passiva digitalmente”, vale explicar que, esse perfil foi identificado no estudo de Warschauer (2006, p. 64) quando o autor diz que “O letramento, como o acesso a TIC, inclui uma combinação de equipamentos, conteúdo, habilidades, entendimento e apoio social, a fim de que o usuário possa envolver-se em práticas sociais significativas”. O passivo digital para o autor é aquele sujeito que não está inserido no contexto da cultura digital de forma plena, por não possuir os conhecimentos necessários para a apropriação e uso das tecnologias digitais para a prática da cidadania digital.

Ademais, o perfil das pessoas “passivas digitalmente” denota duas particularidades. A primeira diz respeito aos sujeitos que têm acesso a internet e não dominam as habilidades necessárias para a apropriação e uso das tecnologias digitais para a prática da cultura digital. A segunda diz respeito àqueles que não têm acesso à Internet e conseqüentemente não a dominam. Percebeu-se que mesmo tendo acesso à Internet, o sujeito pode ser um passivo digital, pois não adianta possuir o acesso e não experienciar a educação para a Internet. É como não ter um investimento humano para usufruir dos dispositivos tecnológicos que compõem a sociedade nos dias atuais que avançam com intensa velocidade.

Quanto ao perfil “pessoas sem acesso a banda larga” aparece por conta das discussões de caráter estrutural e a importância de estar conectado à Internet em alta velocidade. Há uma preocupação em fortalecer estruturalmente as regiões, as escolas e as entidades públicas com um acesso de alta velocidade para beneficiar o uso de softwares, sites e aplicativos para uso pessoal e para a produção do conhecimento. Os autores apresentaram uma inquietação em relação ao acesso à Internet como um ponto de partida para a inclusão digital.

Como avaliação inicial, esse resultado demonstra que a maioria (24%) dos excluídos digitais são pobres. Diante da análise desses perfis, o perfil do excluído digital descrito nos artigos por sua condição de pobreza dificulta seu acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Pois, o investimento necessário para aquisição das tecnologias digitais é alto diante das dificuldades de infraestrutura que as populações de baixa renda vive. A falta de acesso à Internet e às tecnologias digitais foi o ponto comum nos perfis dos usuários mencionados pelos autores, tais como: pessoas sem acesso; pessoas sem acesso a banda larga e os passivos digitais.

Outro resultado que o estudo aponta é a relação entre Educação e Exclusão Digital onde os autores estudados relacionam o tema em três perspectivas. A primeira associando o termo "excluídos digitais" aos grupos e as pessoas que não possuem acesso à Internet e as tecnologias de informação e comunicação. A segunda associando os excluídos digitais aos grupos e pessoas sem ou com pouca habilidade para o uso das tecnologias digitais de forma cidadã e participativa na sociedade digital para a produção do conhecimento. A terceira perspectiva sugere que a relação entre a Exclusão Digital e a Educação discutida nos textos diz respeito a questão da apropriação e uso da linguagem digital e da inserção da cultura escolar na cultura digital. Nas discussões há uma resistência da escola em não cooperar com o letramento digital dos estudantes por ainda não estar inserida na cultura digital. O letramento digital é a ação de apoderamento das linguagens e dos instrumentos digitais e, do uso das tecnologias digitais como instrumento de produção do conhecimento e de ação social e cidadã.

A resistência da escola se dá em duas medidas. A primeira está relacionada com a falta de acesso à internet, ao passo que as escolas não possuem acesso ou possuem acesso à Internet de forma precária. Os conteúdos dos textos revelam ainda que a ausência desse recurso proporciona o aumento da exclusão digital, caracterizando um discurso com foco estrutural para orientar a inclusão digital da escola.

Ressalta-se que além da questão instrumental do uso e acesso à internet os autores levantam discussões a respeito da escola na Internet, alegando que essa ação facilita aos

estudantes sua inserção prática na sociedade contemporânea, como nas palavras de Pretto (2013, p. 1), “não queremos a internet nas escolas, mas as escolas na internet”.

Identificou-se também nos estudos analisados projetos propostos como alternativa para superação da exclusão digital. Os projetos são voltados, em sua maioria, aos grupos excluídos do acesso à Internet. São propostas de inclusão digital para que os sujeitos excluídos possam ter acesso às tecnologias digitais. Os projetos não avançam nas discussões sobre a qualidade do uso das tecnologias digitais à gerar autonomia aos sujeitos e sim para a abertura de acesso sem considerar uma discussão crítica sobre as condições humanas (biológica, cognitiva, emocional, dentre outras). Porém, não se pode negar que, esses projetos cooperam com a universalização do acesso, proporcionando possibilidades de inclusão digital de sujeitos que, de outra maneira, não teriam essa inclusão.

A questão do acesso à internet

A desigualdade econômica ainda é um fator de risco social e tem sido o principal tema de debate entre aqueles que discutem as políticas públicas de acesso à Internet no Brasil (IBGE, 2015). Portanto, é necessário que a questão do acesso continue a ser discutida, indiferente do seu crescimento. Para Pretto (2016) a falta de debate sobre o tema diminuiu o incentivo das ações e políticas públicas direcionadas a democratização deste acesso. O autor explica que sem acesso legitimado não adianta outros tipos de esforços, pois mesmo que apenas uma pequena parcela da população esteja fora desse ambiente, significa que existe exclusão digital. Para ele, o acesso possibilita que as pessoas se insiram de forma plena e autônoma na sociedade.

Nos estudos de Schmidt e Salort (2013), Helou (2011), Scalco (2012) e Campos (2011) e Silveira (2011, 2003) a questão do “não acesso” ou do “acesso precário” à Internet se torna um ponto crucial para definir quem são os excluídos digitais. Para estes autores, os excluídos digitais são pessoas impedidas ou privadas dos benefícios que as tecnologias digitais podem promover para elas.

Outra questão sobre o acesso à Internet diz respeito à sua ineficácia. No Brasil, seja em banda estreita ou banda larga, o acesso é precário, em especial quando se trata de realizar “upload” de documentos pela rede. O artigo de Marques (2014) descreve que existem formas distintas de acesso, cada uma delas gerando dificuldades específicas para pessoas que as utilizam, seja em nível de operacionalidade e/ou de conectividade, inviabilizando iniciativas de acesso digital por instituições públicas ou da sociedade civil. Um exemplo é a

intermitência da conexão em horários de maior volume de utilização, ou/e as dificuldades técnicas para instalação e funcionamento dos diferentes aparatos digitais que, não raro, são incompatíveis uns com os outros, não seguindo um padrão pró-usuário e exigindo, assim, a presença de terceiros (remunerados) para sua instalação.

Na atualidade ainda persiste o acesso em banda estreita ou linha discada, permitindo que o usuário navegue na Internet de forma analógica em baixas velocidades de no máximo 56 Kbps, enquanto a banda larga tem em sua operação uma velocidade que supera os 100 Mbps, mas é de acesso restrito. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017 divulgada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br) em julho de 2018 (<https://cetic.br/pesquisa/educacao/>), 39% dos domicílios brasileiros ainda não tem nenhuma forma de acesso à internet. Isso significa que são cerca de 27 milhões de residências desconectadas, enquanto outras 42,1 milhões acessam a rede via banda larga ou dispositivos móveis. Esta disparidade entre a existência de novas tecnologias e a disponibilidade de acesso tem, no Brasil, graves consequências, como a existência de redes clandestinas, que diminuem ainda mais a velocidade das redes autorizadas e aumentam seu custo.

O acesso democrático à Internet não passa somente pelo acesso em si, mas pela qualidade da tecnologia, da capacidade para aquisição de aparatos, de usabilidade desta tecnologia, da descomplicação para o usuário nas formas de lidar com esse acesso e, por último, pela amplitude deste acesso a todos de maneira igualitária. A questão do acesso igualitário no território brasileiro perpassa o debate de fortalecimento de investimentos pelo governo em políticas com esse intuito que estejam comprometidas com a sua popularização. Portanto, pensar a educação com uso de Internet tem sido um grande desafio para a educação nos dias atuais. Grossi, Costa e Santos (2013, p. 71) pontuam que para diminuir o quadro da desigualdade social no Brasil é preciso que as pessoas se apropriem, através de programas de inclusão digital, de tecnologias que lhes permitam se perceberem como cidadãos no contexto do mundo tecnológico.

A questão da inclusão digital

Compreende-se que a inclusão digital diz respeito ao coletivo social vinculado a modelos e processos que integram pessoas à cultura digital, à Sociedade de Informação e à Sociedade de Conhecimento. De acordo com Gonçalves (2011), o termo inclusão digital surge no contexto das lutas pelo acesso para todos às tecnologias digitais, isto é, como forma de superação das desigualdades sociais que se tornam mais visíveis à sociedade quando esta se

depara com um enorme contingente de pessoas que, por diferentes limitações, possuem dificuldades em exercer livremente sua cidadania.

Os autores Dodt et al (2010) e Fragoso (2004) afirmam que há dualidade eminente aos termos inclusão e exclusão, no senso comum, ao se estudar a inclusão digital verifica-se uma certa simplificação do termo, no entanto, ele é bem complexo. Souza e Bonilla (2009) estendem essa argumentação quando atribuem à dualidade dos termos a dificuldade na apropriação das práticas sociais por eles significadas, dificultando a estes estudos como definir com clareza quem são os incluídos e os excluídos digitais, em especial quando estes estão relacionados às práticas educativas.

No sentido do senso comum, essa dualidade, muitas vezes, se traduz numa dicotomia ou oposição; uma pessoa pode estar incluída e sentir excluída digitalmente. Por exemplo, ao se distribuir aparatos digitais (tablets e/ou PCs) a um grupo de estudantes, certamente se exigirá deles um mínimo de habilidades para lidar com estes dispositivos. Caso estes estudantes não possuam estas habilidades, estarão automaticamente excluídos. Outro exemplo são as políticas governamentais de democratização de acesso à rede de Internet em comunidade ou bairro gratuitamente, que dissimulam a inclusão de todas as pessoas nestes espaços, enquanto é sabido pelos governantes que somente uma minoria de habitantes destes locais têm disponíveis equipamentos, habilidades e conhecimentos para fazer uso dessa rede.

Na pesquisa de Araujo (2011) o autor traz a escola para a discussão, ele acrescenta que a inclusão digital se dá através da escola e que, entretanto, em muitos casos, o que se encontra nas escolas públicas são laboratórios de informática fechados e/ou desatualizados, fazendo da escola um agente dessas desigualdades ao invés de atuar como agente de inclusão digital. O autor acredita que projetos de inclusão digital focados na formação sociocultural e profissional devam ter como ponto de partida a escola, exemplificando que uma das formas de participação das escolas nesse empreendimento é inserir as tecnologias digitais em seus Projetos Político Pedagógicos (PPP) e seus debates.

Contudo, ao se analisar outros estudos que trazem a escola para a discussão, verifica-se ainda que estes fazem uma associação como os conceitos de alfabetização digital e letramento digital. Quanto à alfabetização digital, o pressuposto trazido por Bonilla e Oliveira (2011) é de que para o efetivo uso de tecnologias digitais a alfabetização é um pré-requisito. A autora exemplifica que ao ter acesso às tecnologias digitais e à Internet, a pessoa analfabeta ou semialfabetizada pode se sentir improdutiva e inferiorizada. Da mesma forma com que o analfabetismo leva a exclusão educacional ele leva também a exclusão digital. Para Bernardes (2010) a alfabetização digital “vai além do simples manuseio da máquina”. O autor explica

que embora uma pessoa alfabetizada possa saber lidar com a máquina [tecnologia], “se ela não sabe ler seus conteúdos, no sentido de compreender, interpretar, reconstruir, não sabe, enfim, pensar os desafios de uma sociedade e economia informacionais” (BERNARDES, 2010, p. 152). Do mesmo modo que Bernardes (2010), Cabral (2011), diz que alfabetização digital equivale à perspectiva que se tem da alfabetização escolar acrescida à aprendizagem sobre as tecnologias digitais.

Nessa linha, Goldman (2007) vincula a inclusão digital à alfabetização digital a partir das políticas públicas que viabilizam ações possíveis de ampliação da alfabetização digital como um benefício à população brasileira. Ele fala;

A inclusão digital é um conceito que engloba políticas de educação que permitam a alfabetização digital na medida em que está em jogo a questão dos fins da inclusão digital e também as articulações dessa com outras questões críticas – como, por exemplo, a capacitação para o exercício da cidadania ativa e sua inserção na esfera pública como interlocutor e não apenas como receptor (GOLDMAN, 2007, p.8).

A alfabetização digital é vista de forma diferenciada da inclusão digital nos estudos de Souza (2009). O autor aponta a alfabetização digital como um processo que tem o objetivo de oferecer às pessoas o entendimento essencial para a apropriação das linguagens e dos recursos tecnológicos em busca de seu uso autônomo e criativo. E ressalta, ainda, que a alfabetização digital e a inclusão digital se distinguem; para ele, a alfabetização digital limita-se aos conhecimentos para a utilização das tecnologias digitais, enquanto que a inclusão digital gira em torno de um processo mais amplo que ultrapassa o usual acesso às tecnologias.

Aperfeiçoando esta linha de conceituação, Cunha Junior (2006) acrescenta o termo “analfabeto funcional digital”. No mesmo sentido que na discussão anterior, o autor faz menção ao conceito do “analfabeto funcional tradicional”, que diz respeito a capacidade de uma pessoa ler e escrever um pequeno texto, interpretando o que lê de modo a ‘funcionar’ livremente na esfera social, agora acrescido do uso de tecnologias digitais. Neste viés, o autor classifica o analfabeto funcional digital como uma pessoa que, embora “alfabetizada”, possui pouco ou nenhum conhecimento para utilizar tecnologias digitais de modo “funcional”.

Na discussão dos autores supracitados a preocupação com a alfabetização digital toma uma forma distinta da inclusão digital. No entender deles, essa preocupação deve permear um campo de discussão particular no âmbito dos estudos sobre inclusão. Da mesma forma, esses autores partilham o entendimento sobre a necessidade de que uma pessoa seja “plenamente alfabetizada” para que se torne alfabetizada digital. Discussão que pode ser questionada à luz

das mudanças que a utilização da rede de Internet com fins de comunicação e interação tem promovido entre os seus usuários, independentemente dos seus níveis de alfabetização. Como exemplo, é uma realidade que as crianças que vivenciam a cultura digital conseguem, sem grande esforço, lidar com estes aparatos digitais naturalmente e se apropriam de diferentes linguagens fora dos padrões tradicionais (prescritos como alfabetização) de leitura e de escrita. Portanto, essas diferentes linguagens, frutos da convergência das mídias digitais, podem habilitar uma pessoa ao uso de tecnologias digitais sem que elas sejam “alfabetizadas”.

Para alicerçar a crítica à necessidade da “alfabetização” como uma demanda ou pré-requisito à inclusão digital encontra-se as discussões de Almeida (2005), Rocha (2006) e Warschauer (2006) sobre “letramento digital”. Almeida (2005) toma como referência os argumentos de Paulo Freire (1989, p. 174) sobre a “leitura da palavra e mundo” e conceitua letramento digital como, “o domínio e o uso da tecnologia de informação e comunicação para propiciar ao cidadão a produção crítica de conhecimento, com competência para o exercício da cidadania”. Nessa perspectiva, para o autor o letramento digital “cria condições que favorecem a inclusão crítico social e o desenvolvimento de uma fluência tecnológica” (ALMEIDA, 2005, p. 174).

Nesta mesma direção Rocha (2006) defende que letramento digital diz respeito ao uso crítico e reflexivo das tecnologias digitais a partir da ação ativa de pessoas que possam produzir e emitir informação e conhecimento por meio digital. Ele amplia o entendimento de Almeida sobre “fluência tecnológica”, concluindo que esta interfere no desenvolvimento humano e tem como foco a emancipação cidadã e a integração dos indivíduos no mundo do trabalho. Warschauer (2006) por sua vez conclui que o letramento digital promove a inclusão digital quando o uso de tecnologias como instrumentos é parte da inclusão social. Ele acredita que este tipo de letramento é importante para o combate a exclusão, tanto social quanto digital.

Enfim, estudar inclusão digital a partir dos estudos acessados significa fazer uma imersão mais profunda sobre os conceitos tradicionalmente existentes na educação e atualizá-los à luz da dimensão digital. Além de revisão de conceitos, a inclusão digital oportuniza a reflexão sobre desigualdades que se ampliam quando colocadas sobre as lentes das tecnologias digitais, seu acesso e seus usos. Como proposta de superação e enfrentamento da exclusão digital Barros, Costa e Santos (2010) subscrevem que é através da cultura e da educação que as tecnologias digitais podem ser apropriadas de modo a proporcionar o crescimento intelectual necessário às demandas da sociedade atual.

Assume-se aqui que a inclusão digital pode ser desenvolvida em dois âmbitos, dentro e fora da escola. Para isso o sistema educacional precisa se apropriar da cultura digital, porém sabe-se que essa responsabilidade não é só dela e, muito menos, somente dos seus profissionais. É necessário abarcar esforços governamentais, políticas públicas, financiamentos para a educação voltados ao investimento de infraestrutura, investimentos públicos em formação continuada aos profissionais da educação e projetos de inserção cultural. O outro âmbito cabe aos que estão fora da escola, esse grupo diz respeito as pessoas que concluíram sua formação educacional básica, mas não foram inseridos na cultura digital. Diante disso, projetos de inclusão orquestrados por ações governamentais, pelo sistema de educação dos estados e de ações públicas específicas se tornam fontes agregadoras que ampliam o acesso de pessoas que precisam de uma formação continuada ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à Internet foi apresentado como um fator de risco social ampliando a inquietação sobre a desigualdade social. Compreendido como um bem cultural, este acesso é considerado como o primeiro passo para a inserção das pessoas no mundo digital. Apesar das desigualdades sociais no Brasil, as pesquisas demonstram o crescente desenvolvimento tecnológico no país. Porém, isso não significa a inclusão na cultura digital de milhares de brasileiros que utilizam a Internet sem qualidade. Assim, as discussões sobre a ampliação do acesso à Internet de forma igualitária devem prosseguir para que se possa garantir sua democratização, para que, desta forma, a geração que nasceu com a Internet e a geração anterior possam ter o acesso como garantia.

A inclusão digital é compreendida como acesso e uso da Internet e de aparatos digitais de modo socializado e democrático. A dualidade do termo inclusão/exclusão se traduz na dicotomia sobre pessoas incluídas e excluídas digitalmente. Neste viés, a proposta de projetos de inclusão digital que foquem na formação sociocultural e profissional partindo da escola ou de ações governamentais precisam ser uma constante preocupação da escola e dos projetos políticos pedagógicos.

Nas discussões sobre alfabetização digital um dos aspectos questionáveis é a afirmativa dos autores de que é necessário estar alfabetizado na forma tradicional para que se use de forma plena as tecnologias digitais. Sendo que, nos dias de hoje, percebe-se que com a convergência das mídias surgem novas formas de linguagens. Como exemplo tangível pode-se analisar as crianças nascidas na sociedade digital, elas conseguem se apoderar das novas

tecnologias mesmo sem estarem alfabetizadas da forma tradicional, ratificando as questões de novas linguagens que têm brotado no contexto da era digital.

Constata-se que, a exclusão tangencia a exclusão digital no sistema educacional brasileiro em suas diferentes faces, tanto quando se revela através da desigualdade socioeconômica vivenciada pelo país, quanto a partir dos desafios que o sistema educacional ainda vive para inserção cultura digital dos estudantes e da sociedade. A exclusão digital é reconhecida nos estudos educacionais brasileiros como um fenômeno sociocultural que desafia a sociedade contemporânea. Ela se torna uma sutil forma de violência e manutenção da desigualdade social, sendo assim, a exclusão digital é compreendida como uma questão de capital tecnológico que envolve tecnologias humanas em todos os seus sentidos.

Nesse contexto de espaço/tempo os saberes são construídos a partir de um esforço humano em aprimorar e evoluir seus conhecimentos para corresponder ao mundo digitalizado, em seu dia a dia, na família, na escola, no trabalho, na comunidade nas formas dinâmicas e objetivas de viver, ser, e pensar ser na atualidade. Esses saberes e conhecimentos são compartilhados entre diferentes pessoas em uma diversidade de espaços e tempo, desterritorializados, exigindo criatividade, avanço e aperfeiçoamento, em dimensões antes não pensadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao financiamento desta pesquisa pelas as instituições CNPq e Faperj, a toda equipe de funcionários e professores do ProPEd e a todos os integrantes do grupo de pesquisa Núcleo de Etnografia e Educação (NetEDU).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Letramento digital e hipertexto: contribuições à educação. In PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Mriya; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ARAÚJO, M. L. **Exclusão sociodigital em escola pública do ensino fundamental em Salvador** / BA. 2011. 107 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2011.

BARROS, C. V. B.; COSTA, M. C.; SANTOS, A. C. O. dos. **Políticas públicas de inclusão sociodigital**: os pontos de acesso em Uberlândia, MG. In: CONGRESSO PANAMERICANO DE COMUNICAÇÃO, 2010, Uberlândia. Anais Congresso Panamericano de Comunicação, 2010. p. 1-10.

BERNARDES, A. Escalas da Exclusão Digital. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 30, n. 2, jul./dez, p. 141-154, 2010.

BONILLA, M. H. S. OLIVEIRA, P. C. S. de. **Inclusão Digital**: Ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). **Inclusão digital: Polêmica contemporânea**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 23-48.

CABRAL, A. **Sociedade e tecnologia digital**: entre incluir ou ser incluído. E-GOV Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento: São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-e-tecnologia-digital-entre-incluir-ou-ser-inclu%C3%ADda>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CAMPOS, F. O. **Na crista da onda**: uma reflexão sobre o discurso e a prática da inclusão digital como (mais) um instrumento de promoção da inclusão social no Brasil. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos: Brasília, 2011. p. 1-17.

CUNHA JR, O. **Exclusão digital**: um problema social, tecnológico ou econômico? São Paulo: Revista Pensamento Real, Ano IX, n. 18, 2006. p. 23-49.

DODT, L. C. V. et al. **Inclusão Digital e Acessibilidade no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2-6 set. 2010, Caxias do Sul, RS., p. 1-13.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRAGOSO, S. **As múltiplas faces da exclusão digital**. Ícone, Recife, v. 6, n. 7, p.110-122, jan. 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

GOLDMAN, S. N. **Velhice e Exclusão Digital**: uma “nova questão social”? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 28-30 ago. 2007. Anais da... São Luís, 2007.

GONÇALVES, V. H. P. **Inclusão digital como direito fundamental**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GROSSI, M. G. R.; COSTA, J. da.; SANTOS, A. J. dos. **A exclusão digital**: o reflexo da desigualdade social no Brasil. Revista Nuances: estudos sobre educação. Presidente Prudente/SP, v. 24, n. 2, p. 68-85, maio/ago. 2013.

HELOU, A. R. H. A. Et al. **Políticas públicas de inclusão digital**. Revista Cinted-UFRGS, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 1, p. 1-10, jul. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese dos Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira de 2015. Rio de Janeiro: IBGE; 2015. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira-2015.html>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

MARQUES, F. P. J. A. **Democracia on line**. Intexto. Porto Alegre, p. 93-113. jul. 2014.

MATTOS, C. L. G. de. **Exclusão Digital**: imagens dos limites e dos desafios sobre a educação na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2003. 98 p.

MATTOS, C.L.G de CASTRO, P. A de. **Fracasso Escolar Gênero e Pobreza**. Relatório final de Pesquisa. CNPq. UERJ. NETEDU: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <www.netedu.pro.br>. Acesso em: 02 dez. 2015.

MATTOS, C. L. G. de. **Tecnologias digitais e educação**. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UEPB, 2014, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Editora, 2014. v. 1, p. 215 - 224.

PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo**: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (Org.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 312 p.

PRETTO, N. **Conexão digital na promoção da inovação e integração social** (Palestra). In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 68., 2016, Porto Seguro. Sustentabilidade, tecnologias, integração social. Porto Seguro/BA, 2016.

PRETTO, N. **A Tarde Educação: Construindo novos leitores**. 2013. Disponível em: <<http://educacao.atarde.uol.com.br/?p=9497>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PRETTO, N. PINTO, C. da C. **Tecnologias e novas educações**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006. p. 19-30.

ROCHA, E. C. de F. **Problematizando a Inclusão Digital**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 6-9 set. 2006, Brasília. Anais do... Brasília: UNB, 2006. p. 1-15.

SCALCO, L. M. **Exclusão Social + Inclusão Digital = Inclusão Desigual?** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 4., 2012, Rio de Janeiro. II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo. Brasília: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2012. p. 1 - 20.

SCHMIDT, E. B.; SALORT, M. C. **AVArte: uma alternativa pedagógica à exclusão digital**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v.18, n.1 p. 59-71, jan./abri. 2013

SILVEIRA, S. A. da. **Exclusão Digital: A miséria na era da informação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 45 p.

SILVEIRA, S. A. **Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica**. 2003. BRASIL-Software Livre no Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/>. Acesso em: 13 set. 2015.

SILVEIRA, S. A. da. **Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias**. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). Inclusão digital: polêmica contemporânea. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-59.

SOUZA, J. S.; BONILLA, M. H. S. **Exclusão / inclusão: elementos para uma discussão**. Liinc em Revista, v. 5, n. 1, março 2009. p. 133-146.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Senac, 2006.